



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

D. ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (DAF)

INFORMAÇÃO n.º 28/ 2019 . mjose

DATA : 2019/04/30	
NIPG : 1144/19	DE : Técnica Superior
REGISTO (DOC.) : 3874	PARA : Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé
CLASSIFICADOR :	Projecto de decisão de adjudicação (art. 125º, Código dos Contratos Públicos), - Aquisição de equipamentos e mobiliário urbano para "FELGUEIRAS-ALDEIA DA BIOSFERA PROJETO DE REABILITAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE PARA TODOS"(Fase 3)
PROCESSO : ----	

DESPACHO :

aprovo

03-05-2019

Beckhaus

PARECER :

Pode a Srª Presidente aprovar o Projecto de decisão de adjudicação supra referenciado.

Carla Victor- Chefe da DAF em 02-05-2019

@victor

SEGUIMENTO:

Empty box for follow-up information.

TEXTO :

Sobre o assunto mencionado em título, cumpre a este serviço apresentar o projecto de decisão de adjudicação (art. 125º, Código dos Contratos Públicos), que o faz nos seguintes termos:

1.Decisão de abertura do procedimento por consulta prévia:

despacho superior de 09.04.2019.

2.Entidades convidadas a apresentarem proposta:

através do email datado de 10/04/2019

-MJARC-Arquitetos Associados Lda

Email: mjarc.arqmail.com

-Mota & Almeida Lda

Email:motaealmeidamail.com

-jasDesign e Decoração Lda

Email: geraloaoandradeesilva.com

3.Preço da consulta prévia:

€ 20.000,00 (vinte mil euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor;

4.Proposta:

Das entidades convidadas apresentou proposta a JAS – Design e Decoração Lda, de acordo com as peças do procedimento.

- Proposta: preço proposto: €19.850,00 (dezanove mil oitocentos e cinquenta euros) a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

- Juntou documento conforme Anexo I ao Código dos Contratos Públicos, em que declara que aceita o conteúdo do caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas;

- Preços unitários referente aos materiais a adquirir

5.Adjudicação e formalidades complementares:

Proposta de adjudicação

- Tendo presente que o preço proposto pela entidade adjudicatária, é inferior ao preço base constante do caderno de encargos, e não havendo necessidade de pedir esclarecimentos sobre a mesma, porque foi recebida apenas uma proposta, na medida em que corresponde ao solicitado, e se apresenta conforme a instrução deste processo. Nestes termos, compete aos serviços da entidade adjudicante submeter o projecto da decisão de adjudicação ao órgão competente para a decisão de contratar, de acordo com os números 1 e 2 do artigo 125.º do Código dos Contratos Públicos.

- Estando a entidade adjudicatária habilitada a fornecer os bens e instalação.

- Tendo a entidade adjudicatária declarado que aceita o conteúdo do caderno de encargos,

- O prazo do fornecimento e instalação a realizar no âmbito do presente procedimento é pelo período de 40 (quarenta dias) conforme definido no Caderno de Encargos.

6.Contrato escrito:

- Nos termos do n.º 1 do artigo 94.º do CCP, é exigível a redução do contrato a escrito.

Face ao que antecede e se a proposta aqui formulada merecer a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.ºs 1 e 2 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação, a qual será acompanhada da "Proposta de decisão

de adjudicação”.

- Mais se informa que, de acordo com o disposto da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação revista e atualizada conjugado com o disposto na alínea a) do artigo n.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, a competência para autorizar a despesa é da Exma. Presidente da Câmara Municipal.

- Face ao que antecede, submete-se à consideração superior a presente proposta. Se a mesma merecer aprovação, proceder-se-á, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 77.º do CCP, à notificação do adjudicatário - JAS – Design e Decoração Lda.

- Da adjudicação;

- Para apresentação dos documentos de habilitação;

- Minuta do contrato.

- Autorização para a realização da despesa de: € 19.850,00 (dezanove mil oitocentos e cinquenta euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, devidamente cabimentada, sob a proposta de cabimento n.º445/2019, , compromisso nº 538/19, classificação económica 070115 e PPI 2017/II/13.

CONCLUSÃO :

À consideração superior.

A Técnica Superior:



02-05-2019 Maria José Costa



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (DAF)

MINUTA DO CONTRATO: Aquisição de equipamentos e mobiliário urbano para “FELGUEIRAS-ALDEIA DA BIOSFERA PROJETO DE REABILITAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE PARA TODOS”(Fase 3)

Município de Alfândega da Fé, contribuinte n.º 506 647 498, com sede em Alfândega da Fé, aqui representada pela Presidente, Berta Ferreira Milheiro Nunes, com poderes bastante para o efeito, e de ora em diante designada por primeiro outorgante.

JAS-DESIGN E DECORAÇÃO, LDA, contribuinte n.º 502 903 104, com sede na Rua Júlio Dinis, 172 - 4050-318 Porto, neste acto representado pelo João Eduardo Coimbra Brandão de Andrade e Silva, com poderes bastantes para efeito, adiante designada por segundo outorgante.

É celebrado entre os outorgantes, e reciprocamente aceite, o presente contrato de aquisição de serviços, o qual se subordina às seguintes cláusulas

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos e mobiliário urbano para “FELGUEIRAS-ALDEIA DA BIOSFERA PROJETO DE REABILITAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE PARA TODOS” (Fase 3), com observância das especificações do caderno de encargos do procedimento e da proposta adjudicada

Cláusula 2ª

Local da entrega e prestação de serviço

- Os bens objeto do contrato devem ser entregues em Felgueiras na freguesia de Agrobom, em perfeitas condições antes de serem instalados, a sua execução será em Felgueiras na freguesia de Agrobom:
- Com a entrega dos bens e respetiva montagem ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração, sem prejuízo das obrigações de garantia que impedem sobre o adjudicatário.
- Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 3ª

Preço Contratual

- Para a realização do serviço objeto do presente contrato a primeira outorgante pagará à segunda outorgante a quantia de € 19.850,00 (dezanove mil oitocentos e cinquenta euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, sempre que se mostrem devidas.

Cláusula 4ª

Prazo de vigência e execução do contrato

A prestação de serviço objeto do presente contrato decorre no prazo máximo de 40 (quarenta) dias a contar da data da celebração do contrato, e mantem-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições no Caderno de Encargos e o disposto na Lei sem prejuízo das obrigações acessórias que devem perdurar para além da cessação do contrato.

Obrigações contratuais

Cláusula 5.ª

Obrigações da primeira outorgante

Pela aquisição da prestação do serviço objeto do presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do caderno de encargos, a primeira outorgante deve pagar à segunda outorgante o preço constante da proposta adjudicada acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Clausula 6ª

Obrigações da segunda outorgante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a segunda outorgante as seguintes obrigações principais:

a) A segunda outorgante obriga-se a executar o objeto do presente contrato em conformidade com o estabelecido no caderno de encargos do presente procedimento e na sua proposta adjudicada, desenvolvendo todos os procedimentos e requisitos de natureza técnica e artística necessários à concretização do espetáculo que permitam a perfeita concretização da execução do contrato.

Cláusula 7.ª

Objeto do dever de sigilo

1. A segunda outorgante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à primeira outorgante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destino direto e exclusivo à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 1 (um) ano a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 9.ª

Condições de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de 30 dias, após a receção pelo Município de Alfândega da Fé das respetivas faturas.

Clausula 10ª

Cessão da posição contratual

- 1.A segunda outorgante não pode ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem autorização da entidade adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
2. A segunda outorgante não pode ceder ou sub-rogar a terceiros os direitos e obrigações que para ela resultem deste contrato, salvo autorização expressa da entidade privada contratada.

Clausula 11ª

Resolução por parte da primeira outorgante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, o Município de Alfândega da Fé pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.
3. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba ao Município de Alfândega da Fé nos termos gerais de direito.

Clausula 12ª

Documentos contratuais e prevalência

1. Fazem parte integrante do presente contrato, os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos, a proposta adjudicada e os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela segunda outorgante.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem que neles se dispõe.
3. Em caso de divergências entre os documentos referidos no nº1 e o clausulado do presente contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato proposto pelo primeiro outorgante e aceites pelo segundo outorgante.

Clausula 13ª

Gestor do contrato

1. Para acompanhar permanentemente a execução do contrato, foi designada como gestor de contrato, o trabalhador do primeiro outorgante, Fernando Rodrigues Antunes.
2. O gestor de contrato deve remeter um relatório ao primeiro outorgante, da prestação realizadas pela segunda outorgante.

Clausula 14ª

Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais

- 1.A primeira outorgante obriga-se a respeitar a legislação relativa à proteção a privacidade dos dados pessoais da segunda outorgante, assumindo-se, perante este, como único responsável pelo seu tratamento e guarda.
- 2.Sempre que o processamento dos dados pessoais for efetuado por entidade terceira, a primeira outorgante, assegura que esta entidade se compromete a respeitar o regime da Lei de Proteção de Dados Pessoais em vigor, nos exatos termos em que ele o faz, designadamente, inibindo-se de os tratar para fim diverso do contrato e de os transmitir a terceiros.
- 3.É garantido à segunda outorgante o direito de acesso aos dados pessoais que lhe digam diretamente respeito, podendo solicitar a sua correção ou aditamento.
- 4.Em caso algum a primeira outorgante utilizará dados pessoais da segunda outorgante para outras finalidades que não as relativas unicamente ao objeto do contrato, salvo ocorrendo consentimento expresso, por escrito, deste ou mandato judicial.

5. Para feitos do número anterior, os dados pessoais da segunda outorgante destinam-se unicamente à prestação dos serviços objeto do contrato.

Clausula 15ª

Direito e fiscalização

A primeira outorgante assegura, mediante poderes de direção e fiscalização, a funcionalidade da execução do contrato quanto à realização do interesse público visado pelo presente contrato.

Clausula 16ª

Resolução de conflitos

Os conflitos emergentes do presente contrato serão resolvidos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela.

Clausula 17ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Clausula 18ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Clausula 19ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Clausula 20ª

Elementos do contrato

1. Fazem parte integrante do contrato:

- a) O caderno de encargos;
- b) A proposta adjudicada.

2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº1, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados. Quanto às demais regras de prevalência, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos.

Clausula 21ª

Disposições finais

1. O procedimento relativo ao presente contrato foi autorizado por despacho de 04/04/2019 da Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé.

2. O fornecimento objeto do presente contrato foi adjudicado por despacho de ___/___/2019, da Presidente da Câmara Municipal.

3. A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por despacho de ___/___/2019.

4.O encargo total, com exclusão do IVA, resultante do presente contrato é de €19.850,00 (dezanove mil oitocentos e cinquenta euros).

5.O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas e ou a inscrever no orçamento da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, para o ano de 2019, com o nº de compromisso 538/2019.

6.Os pagamentos a efetuar em resultado da execução do presente contrato, obedecerão às normas constantes da lei dos compromissos e pagamentos em atraso.

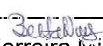
7.Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes.

Depois de a segunda outorgante ter juntado os documentos de habilitação referidos no artº 81º, do Código dos Contratos Públicos, o contrato foi assinado por ambos os outorgantes.

Alfândega da Fé,30 de abril de 2019

Primeiro Outorgante

03-05-2019


(Berta Ferreira Milheiro Nunes)

Segundo outorgante

Representante Legal-João Eduardo Coimbra Brandão de Andrade e Silva